

Este ano vamos crescer 2%

A previsão é do ministro Galvêas, a partir dos bons resultados nas exportações. E confirmou que a revisão das metas de expansão monetária é inevitável.

A economia brasileira poderá crescer até 2% este ano. Um forte indicador de que isso poderá ocorrer são os bons resultados nas exportações. Foi o que afirmou ontem o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, enquanto técnicos do ministério lembravam que, pelas projeções do Fundo Monetário Internacional, o Brasil teria crescimento zero este ano e de 2,5% em 1985.

O ministro, que espera este mês uma taxa de inflação inferior à de julho, afirmou que a questão da expansão monetária limitada a 50%, conforme acordo com o FMI no início do ano, está encerrada, na medida em que a realidade já demonstrou que o estouro é inevitável — alcançou 46,7% em sete meses. Agora, o governo vai examinar o que fazer nos próximos meses e estabelecer nova meta com o Fundo.

Revisão decidida

A esse propósito, o Banco Central informou ontem que a revisão da meta anual de expansão monetária (emissão primária de moeda) de 50% é mesmo uma realidade e vai implicar também o reajuste automático do teto de 57% para as aplicações do Banco do Brasil.



Galvêas confirmou que a missão do FMI chegará dia 13 e que, além de avaliar o desempenho da economia brasileira no primeiro semestre, vai estabelecer metas para o último trimestre deste ano e primeiro do próximo.

Assegurou o ministro que o governo não dará folga na política monetária, ainda que considere que também não está havendo nenhum arrocho. Conforme Galvêas, a política monetária seguida pelo governo está consistente com o combate à inflação. Sobre esse tema, o ministro comentou que ela deverá declinar este mês em relação a julho.

Técnicos categorizados da área financeira confirmaram que desde o começo do ano estava evidente que a expansão monetária de 50% seria estourada. Ela foi projetada estimando-se uma inflação de 75%, quando a realidade mostrou que a taxa não declinava para menos de 200%. Se mantida a meta de expansão de 50% ocorreria o maior arrocho da história, segundo técnico do Banco Central.

Ainda assim, o diretor da Área Bancária do BC, José Luiz Silveira Miranda, considera que arrocho monetário mesmo ocorreria se a meta fosse de 10%, por isso avisa:

— Estaremos controlando severamente a moeda.

Aliás, mesmo para conter a expansão anual da base monetária no atual patamar de 100%, o Banco Central reconheceu que será preciso fazer algo para neutralizar o impacto do déficit da Previdência Social. O Banco Central também pretende aumentar a agressividade na colocação de títulos da dívida pú-

blica para compensar a pressão estimada em Cr\$ 2 trilhões que o crescimento das reservas cambiais ainda vai exercer sobre a oferta monetária, na hipótese de que a balança comercial fechará o ano com superávit de US\$ 11 bilhões.

Teto inviável

A exemplo do que ocorreu com as metas de expansão da base monetária e dos meios de pagamento (papel-moeda em poder do público e mais depósitos a vista no Banco do Brasil e nos bancos comerciais), o crescimento acumulado de 39,1% nos sete primeiros meses deste ano inviabilizou o teto anual de 57% para as aplicações globais do Banco do Brasil. Sem a revisão no teto, o BB teria margem de crescimento de apenas 12,9% para as suas aplicações de janeiro a dezembro, insuficiente sequer para cobrir a contabilização da correção monetária sobre os empréstimos já realizados, quando do fechamento do balanço de final de ano.

Para retomar o controle da oferta monetária, o Banco Central considerou indispensável acabar com a pressão imprevista dos déficits da Previdência Social — Cr\$ 186,2 bilhões em julho e mais de Cr\$ 500 bilhões ao longo dos sete primeiros meses, contra a projeção de apenas Cr\$ 50 bilhões para o ano todo. Este mês, o impacto da Previdência Social sobre a expansão da base monetária ainda deve atingir Cr\$ 100 bilhões, mas o Banco Central precisa apresentar uma solução para o problema previdenciário ao Fundo Monetário Internacional nos próximos 20 dias.